



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010303-39.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Maria das Graças do Nascimento**
 Requerido: **EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora almeja à condenação da ré ao restabelecimento do funcionamento de duas linhas telefônicas que especificou.

O termo de constatação de fl. 73 denota que a linha nº (16) 3331-7530 já está ao que consta regularizada.

Houve a possibilidade da realização de ligação para a mesma e a partir dela tudo sem qualquer intercorrência.

Assim, e diante da ausência de manifestação das partes a propósito, acolhe-se a pretensão deduzida, com a ressalva de que a obrigação da ré já foi cumprida na esteira da decisão de fls. 04/05, item 1.

O mesmo termo de constatação, todavia, indica que a situação da linha nº (16) 3116-8722 ainda não está normalizada.

A tentativa de ligação para a mesma não teve êxito algum, ao passo que não se viabilizou a sua utilização.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A mensagem gravada, para que a autora diligenciasse a regularização da linha, não foi acompanhada de maiores detalhes, mas não se pode olvidar que a ré na contestação deixou claro que os créditos lançados pela mesma tiveram o prazo de expiração já findo.

Tal argumento não foi refutado especificamente pela autora, de modo que incumbirá à ré resolver a pendência tão logo a autora tome as providências que lhe foram orientadas no termo de fl. 73.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a restabelecer o funcionamento das linhas telefônicas nº (16) 3331-7530 e (16) 3116-8722.

Dou desde já por cumprida a obrigação atinente à linha nº (16) 3331-7530 e fixo o prazo de dez dias para o cumprimento da obrigação atinente à linha nº (16) 3116-8722, que se contará a partir das providências a serem tomadas pela autora de acordo com o termo de constatação de fl. 73.

Transitada em julgado, aguarde-se por trinta dias manifestação da autora, reputando-se em caso de silêncio que a ré cumpriu a obrigação relativa à linha nº (16) 3116-8722.

Oportunamente, e se necessário, tornem-se cl., inclusive para eventual fixação de multa pelo descumprimento da obrigação imposta.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.
P.R.I.

São Carlos, 22 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**